TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Professor Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Renato Andrade, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde a todos e a todas presentes no plenário.

Eu gostaria de iniciar a minha fala repercutindo hoje uma matéria que foi publicada no *Correio Braziliense* sobre um estranho convite que foi achado colado num poste em frente a uma escola aqui do Distrito Federal. O convite diz que aquelas crianças que não têm amigos podem entrar em contato via *WhatsApp*, que a suposta pessoa que está ali do outro lado irá com certeza fazer a sua relação de amizade.

Estranha-nos muito esse tipo de atitude porque se enquadra perfeitamente na ação de pedófilos aqui no Distrito Federal. Uma das principais ações do pedófilo para conquistar a confiança da criança ou da vítima é se aproximar dessa criança e trazê-la para dentro do seu seio de convivência, para que ela possa justamente confiar no pedófilo e ali ele possa fazer o que quiser com aquela criança.

Com isso, Sr. Presidente, quero aqui informar a esta Casa, V.Exa., que é membro da Comissão de Constituição e Justiça, assim como o Deputado Chico Leite, que é Vice-Presidente desta comissão que nós protocolamos aqui na Casa a criação de uma comissão especial para apurar os crimes de pedofilia que acontecem no Distrito Federal. Só para vocês terem uma ideia, no ano de 2014, o Distrito Federal foi o campeão de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Rodrigo Delmasso, quero parabenizá-lo pela liderança do nosso bloco e pelo assunto que V.Exa. traz hoje a debate. Nós hoje vivemos um momento de grande tristeza em que avança o número de casos de pedofilia. Nós sabemos que a maioria desses casos está na própria família, dentro dos lares. Nós sabemos ainda, com mais profundidade, que é justamente porque os lares estão perdendo os limites, e a família está perdendo os valores.

Então, parabenizo-o e digo a V.Exa. que precisamos fazer uma luta incansável para educar os nossos meninos, as nossas meninas para que sejam pais e mães, para que não deixem que seus filhos sejam absorvidos por convites de tal natureza, vindo mais tarde a pagar um preço tão alto, como os nossos jovens, os nossos adolescentes e as nossas crianças têm pago quando são vítimas da pedofilia.

Muito obrigada pelo aparte.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputada Luzia de Paula, pela brilhante intervenção. V.Exa., como milita nessa área, inclusive, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ali na Ceilândia, trabalhando com as creches daquela cidade, está sempre defendendo as crianças.

A reportagem foi feita pela jornalista Isa Stacciarini e se encontra na página 25 do Caderno Cidades, Deputado Chico Leite, e mostra esse tipo de atitude que espantou uma mãe que viu aquele cartaz ali afixado num poste próximo à escola. O cartaz diz o seguinte: "Precisando de amigo, não vou cobrar nada, entre em contato pelo meu *WhatsApp*, que vou até o local te conhecer". Ele faz um explícito aliciamento de crianças em frente a essa escola.

Então, eu gostaria, Deputado Chico Leite – V.Exa. como Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – e Deputado Renato Andrade – também como membro da Comissão de Constituição e Justiça, pelo nosso bloco – que V.Exas. priorizassem, se possível na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a análise do requerimento que apresentamos solicitando a instalação da comissão especial para apurar os crimes de pedofilia no Distrito Federal.

Nós não podemos aceitar que a Capital da República seja considerada a capital do abuso sexual de crianças e de adolescentes. Como eu disse, em 2014 Brasília foi a campeã de denúncias de abuso sexual de crianças e de adolescentes. Há um dado importante que foi repassado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, cujo brilhante trabalho na defesa da criança e do adolescente, principalmente dos seus direitos, eu quero ressaltar. Segundo ela, 43% das denúncias envolviam crianças de 8 a 14 anos de idade. Só para V.Exas. terem uma ideia, segundo estudos realizados pela própria Universidade de Brasília, os casos denunciados não representam 10% dos casos que realmente acontecem aqui no Distrito Federal.

Então, eu acredito que esta Casa tem um papel primordial em defender as nossas crianças e os nossos adolescentes desse tipo de crime bárbaro que acontece aqui na Capital da República. Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de clamar aos membros da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, mais uma vez, que priorizem a análise desse requerimento para que tão logo possamos instalar essa comissão e, acima de tudo, possamos ir atrás desses pedófilos, para punir esses bandidos que têm acabado com as crianças do Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos a notícia de que possivelmente na

próxima segunda-feira os professores do Distrito Federal não reiniciarão as aulas, Deputado Chico Leite, em função do não pagamento das férias de dezembro, que tradicionalmente sempre foram pagas em janeiro, e o governo atual não está pagando.

O governo atual divulgou anteriormente que haveria um suposto rombo de 3 bilhões. Depois, ampliou para 6 bilhões, e a verdade é que até hoje ele não comprovou esse rombo falado, decantado, cantado por todos os lados em prosas e versos.

Ficam falando de crise. Na verdade, existem outros estados com crise mais profunda do que a do Distrito Federal. É o caso do Estado do Paraná, que é administrado pelo PSDB. Lá há uma verdadeira guerra dos servidores contra o governo, porque o governo teve a ousadia de querer mexer no fundo previdenciário dos servidores de lá, que o Roberto Requião, quando governador, havia capitalizado. É um fundo que tem 8 bilhões de reais. Quis mexer na questão do salário dos professores, parcelando-o, assim como o governo daqui. Os professores se revoltaram, ocuparam a Assembleia Legislativa do Paraná, colocaram para correr de dentro da assembleia um tucano de alta plumagem, o Deputado Francischini, que se metia tanto nas questões do Distrito Federal. Agora ele é Secretário de Segurança. Os professores colocaram-no para correr. Há um vídeo mostrando-o em desabalada carreira com medo dos professores.

Temos outro estado com uma crise brutal, também administrado por um tucano, que é o Tocantins. A *Folha de S. Paulo* fez uma vasta matéria mostrando 17 estados em dificuldades, e nem citou o Distrito Federal.

Eu tenho dito aqui, desde o dia em que o Governador Rollemberg disse que tinha encontrado o caixa do Distrito Federal com 64 mil reais, que ele não estava falando a verdade; eu provei que havia 1 bilhão e 6 milhões. De lá para cá, só se amplia.

Nós temos o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO, que faz o acompanhamento da gestão do Distrito Federal, do qual todos os Deputados têm senha, ao qual têm acesso. Seria importante que a população como um todo também tivesse. Ele mostra o dia a dia e sempre foi referência para os meios de comunicação do Distrito Federal, para a imprensa – para o *Correio Brazilienze*, para a *Globo*, para a *Band*, para o *Jornal de Brasília*, para todo mundo. Para mim, ele continua sendo referência, até porque ele foi modernizado, ficou mais fácil de se acessar. O Siggo dá conta de que existe em caixa no Distrito Federal no dia de hoje, Deputado Chico Leite, 1 bilhão, 860 milhões de reais, dos quais – e é importante a gente dizer isto: há uma parte que é vinculada e uma parte que é não vinculada – estão livres hoje 860 milhões de reais, livres para o Governo do Distrito Federal pagar o que ele quiser. Estão livres.

Ainda há recursos que nós estamos levantando. Ocorre o seguinte: o Governo Federal faz um convênio com o Distrito Federal e é comum o Distrito Federal antecipar o pagamento de obras. Depois, quando o governo repõe, aquele dinheiro também fica livre, mas esse é fora dos 860 milhões.

Temos mais os 200 milhões de reais daquele empréstimo do Banco do Brasil. Tinha ficado tudo pronto, o governo levou um mês para assinar, para dizer que era ele que estava assinando, mas tinha ficado tudo pronto, a documentação... Até o Secretário-Adjunto da Casa Civil na época, Afonso Almeida – que é tão competente, um técnico tão qualificado, que hoje está num importante cargo nos Correios –, chamou o Hélio Doyle e falou: "Olha, está tudo pronto aqui. Está aqui para vocês assinarem o empréstimo com o Banco do Brasil". Levaram um mês para fazer. E o dinheiro está lá. Desses 500 milhões do Banco do Brasil, 200 milhões também estão livres, porque são obras de que o Governo do Distrito Federal já tinha antecipado o pagamento. Portanto, à medida que antecipa o pagamento, ele passa a ser dono daquele dinheiro para também pagar o pessoal aqui.

A verdade é que hoje existem cerca de 1 bilhão de reais disponíveis – os 860 milhões mais os 200 milhões, o que dá 1 bilhão de reais. Então, pronto. O governo não paga porque quer a greve.

E não adianta ficar querendo caracterizar que o sindicato vai fazer greve porque é dirigido por petistas, porque o sindicato não tem partido. O Sindicato dos Professores – está ali o Deputado Reginaldo Veras, que é professor e sabe – faz greve desde 1979, Deputado Chico Leite. A primeira greve foi feita ainda na ditadura, quando professores como Márcio Baiocchi e Lúcia Ivanov foram demitidos porque ousaram fazer uma greve na época da ditadura. Depois, em todos os governos houve greve: no do Roriz, no de Cristovam Buarque, por mais de cinquenta dias, no de Agnelo Queiroz, por quase cinquenta dias. Os professores não olham qual é o partido que está no governo, eles olham qual é a necessidade dos trabalhadores. Eles estão certos.

Portanto, não adianta ficar dizendo que é o PT que está fomentando greve porque não é. O PT vai apoiar como sempre apoiou qualquer trabalhador que está na luta, inclusive no Governo Federal. Esse é o nosso papel.

A greve é de inteira responsabilidade do governo, que não honra um compromisso que é dele, porque o dinheiro, eu repito, existe, está lá, só não vê quem não quer. O Líder do Governo fez até um vídeo dizendo que eu não tinha dito o que era vinculado. Eu sempre disse o que está vinculado e o que está desvinculado, e repito: há 1 bilhão e 860 milhões hoje, dos quais estão livres 860 milhões de reais, com mais 200, que são do empréstimo do Banco do Brasil, que também já tinham sido antecipados para os pagamentos... Não pagam porque não querem! Talvez estejam pagando para ver a greve. E vão ver, porque os professores não vão se subordinar a quem quer que seja.

Outra questão, rapidamente, Presidente. Ainda agora, vi uma servidora – fiquei com muita pena dela –, uma companheira do cerimonial, Deputado Chico Leite, que está quase enfartando. Ela veio conversar com comigo – eu até pedi que a levassem ao serviço médico –, porque estão soltando um boato aí de que o Governo do Distrito Federal vai mandar um projeto acabando com o pagamento de licença-prêmio a que os servidores têm direito. O Arruda achava que era poderoso, mandou esse projeto. Não passou aqui! Portanto, é melhor o Governador Rollemberg pensar melhor, porque certamente não vai passar. Não vejo ninguém disposto aqui a acabar com o direito dos servidores. Não é privilégio.

Outra: não adianta pensar em mandar projeto mexendo no Fundo Previdenciário, que é outro recurso. Foi capitalizado no governo anterior. Hoje há 2 bilhões e 500 milhões do Funprev. Gastam 3 milhões por mês com os atuais benefícios, Deputado Joe Valle. O Fundo de Previdência dos servidores do Distrito Federal, hoje, é um dos mais capitalizados, com 2 bilhões e 500 milhões de reais. Não adianta querer meter a mão nesse dinheiro também, porque vai encontrar uma resistência forte da nossa parte para que isso não seja feito. O que tem que ser feito é aplicar bem esse recurso. De preferência, aconselho o governo a comprar títulos do Governo Federal, porque são seguros. O País não vai falir nunca. É melhor do que ficar comprando outras coisas por aí.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Júlio César. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, boa tarde a todos.

Mais uma vez venho a esta tribuna fazer uso da palavra para levantar a questão dos professores do Distrito Federal. Hoje os professores retornaram às escolas, em um dia em que ainda não há aluno. Os alunos só retornarão, ou deveriam retornar, na semana que vem, segunda-feira.

Liguei para vários colegas – eu estava aqui desde de manhã – perguntando como foi a receptividade, como estava o ambiente. E todos, Sr. Presidente, estão num ambiente de frustração. O ano letivo corre sério risco de, se não ficar comprometido, não ter a produtividade que a educação precisa. Ninguém trabalha desestimulado, Deputado Chico Leite, Deputado Chico Vigilante. O professor precisa de estímulo, e o primeiro estímulo é o pagamento. O segundo estímulo é condições de trabalho. Neste momento, não temos nem uma coisa nem outra.

Então, é necessário, é urgente, por meio da ARO, ou por meio da antecipação, ou por meio do uso de qualquer receita, que o Governo do Distrito Federal, em quem eu confio, traga alguma alternativa que crie uma perspectiva de pagamento para os professores, em especial para os contratos temporários.

Quem aqui tem filho na escola pública sabe que pelo menos 20 a 30% dos professores que atendem nossos filhos e nossas crianças são contratos temporários. Esses não recebem salário no mês de janeiro, muito menos no de fevereiro. Eles vivem, nesses dois meses, com a rescisão contratual feita em dezembro. Tal rescisão foi feita, mas o pagamento não foi feito. Então, vocês imaginem que são 6 mil famílias, visto que são 6 mil professores. São 6 mil famílias que dependem desse rendimento, mas que estão sem rendimentos nos meses de janeiro e fevereiro. Eu peço que cada um aqui se ponha no lugar deles e tente imaginar como ficaria a sua vida financeira sem receber os salários dos meses de dezembro e de janeiro, com contas a pagar e tudo mais.

Então, não vai funcionar a educação do Distrito Federal, com a qualidade mínima que esperamos, com professores desestimulados. Fica aqui a dica! Eu sei que esse discurso chegará aos ouvidos do Governador, do secretário, da equipe econômica, para que a gente busque alternativas. Vale lembrar que esse mesmo desestímulo no trabalho, por falta de pagamento, também toma conta dos profissionais da área de saúde.

Eu costumo dizer que a sociedade brasiliense tem três pilares no serviço público: a educação, a saúde, e a segurança pública. Dois desses pilares estão ruindo! Quando esses pilares ruem, a própria sociedade deixa de atuar, deixa de existir.

Então fica aqui esse pedido para que o Governo do Distrito Federal tenha sensibilidade e olhe essa questão com mais carinho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ainda no final do ano, em pesquisa no Siggo, que é nosso sistema, todos têm acesso a ele, todos têm a senha. O

Deputado Chico Vigilante tem falado muito acerca do Siggo, ele é o sistema de acompanhamento orçamentário do Distrito Federal, pelo qual acompanho as contas públicas do Distrito Federal, desde 2003, quando assumi o mandato. Nós temos uma agenda só de fiscalização e de acompanhamento.

Pois bem, ali por dezembro do ano passado, finalzinho do ano, quando o governo declarava que não tinha recursos para fazer frente às despesas, nós, em pesquisa, nessa mesma agenda, encontramos ali quase 1 bilhão de reais. Na semana seguinte, com os naturais acréscimos próprios do financeiro, já havia 1 bilhão e pouco. E nós fizemos esse acompanhamento dia a dia, Sr. Presidente. O governo responde, no *Correio Braziliense*, dizendo que na realidade eram 64 mil reais apenas. E mostra um extrato da conta bancária.

Ora! O Siggo, Sr. Presidente, e esse é o debate mais atual, é o sistema pelo qual toda a mídia, os Parlamentares e o Ministério Público fizeram, durante todo esse tempo, o acompanhamento das contas públicas. Nós não temos acesso à conta no banco, temos acesso ao sistema exatamente para acompanhamento.

Pois bem, esse valor continua crescendo e o Governo do Distrito Federal insiste que não tem recursos para fazer frente às suas despesas.

Era de se indagar, muito naturalmente, porque se diz isso, já que, se houvesse dinheiro em caixa, o governo teria pago todos os seus compromissos. E a essa indagação se faz outra: se o sistema está aí e é utilizado há tantos anos, por que, se há contestação do governo, ele continua em funcionamento?

E mais ainda, aproveitando que o Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, está aqui, por que o governo ainda não veio a esta Casa, através do secretário de fazenda, esclarecer essa situação? E mostrar as planilhas efetivamente? Se há contestação sobre o sistema de acompanhamento, então que o governo venha a esta Casa, onde está a representação popular, e diga: "Olha, nós não podemos pagar porque estamos nessa situação". Eu confio na boa intenção do Governador Rodrigo Rollemberg, conheço sua trajetória política, acho que S.Exa. tem uma grande responsabilidade e que precisa responder a essa responsabilidade com transparência.

O que temos visto é essa frustração de parte do corpo de servidores e servidoras da educação. É esse temor pelo ano de 2015, pelas perspectivas, pelo que se não apresenta, Sr. Presidente, sem que o governo venha a público, agora com dados e números, e esclareça a situação. Nós precisamos saber quem tem razão: se é o Deputado Chico Vigilante, se é o Siggo ou se é o governo, pela forma como tem, digamos assim, aprofundado a angústia de toda a população do Distrito Federal. Não bastasse tanto, ainda transfere à população do Distrito Federal o ônus, o pagamento de toda essa dívida com o aumento pouco razoável de tributo.

A população sempre tem de pagar a conta, Sr. Presidente. Entra governo, sai governo, esse ônus é sempre transferido para a população. A minha impressão é que

a população elegeu o novo governo exatamente com a esperança de que ele governasse diferente, de que achasse alternativas que levantassem as perspectivas de melhorias de qualidade de vida da população, e não que imputasse a ela o ônus.

Se há irresponsabilidade fiscal, se há irregularidade, o Governo Agnelo Queiroz precisa pagar por isso. É preciso que haja investigação e que tudo venha a lume; só não é possível que a população continue a pagar a conta.

Eu, por exemplo, pergunto-me: há a proposta de aumento de tributo? Cadê o corte dos gastos públicos que foi comprometido, mais que prometido, na campanha eleitoral? Cadê a redistribuição de servidores efetivos?

O que eu tenho notado, Sr. Presidente – e isso precisa ser obra de estudos nesta Casa –, é que enquanto o governo cobra da população, não corta os seus próprios gastos. O número de cargos comissionados foi reduzido, mas os salários aumentaram, de maneira que se fizer esse efetivo abatimento, vai-se ver que a despesa com cargos comissionados no Distrito Federal aumentou. Se se faz isso, como é que se pode cobrar da população por essa dívida? Impossível, Sr. Presidente.

Então, para explicar esta contradição: elevação de tributos, aumento do valor pago em cargos comissionados, se há dinheiro para fazer frente às despesas, se não há dinheiro para pagar, honrar as dívidas, que se investigue, que se apure a irresponsabilidade fiscal de Agnelo Queiroz. Eu não tenho compromisso com o erro, seja de que partido for, eu tenho compromisso com a população.

Para deslindar era necessário – o Deputado Agaciel Maia não está aqui, o Presidente da CEOF – que nós trouxéssemos a esta Casa o Secretário de Fazenda para explicar, para mostrar as planilhas, para que não fiquemos neste debate sem números.

O Deputado Chico Vigilante cita números, o Deputado Raimundo Ribeiro cita outros números, e nós ficamos aqui sem saber quem tem razão. A política pública do Distrito Federal, as necessidades da população não são um Vasco X Flamengo em que ganha quem fizer o gol, seja de mão, seja de cabeça, seja como for. A população do Distrito Federal tem as suas necessidades, e nós temos responsabilidade com ela, precisamos fazer esse debate com muita responsabilidade.

Eu vim a esta tribuna por isso, acho que está na hora de fecharmos o compromisso aqui – a Presidente, Deputada Celina Leão está presente –, chegou a hora de assumirmos o compromisso de marcarmos o dia para trazer o Secretário de Fazenda para fazer um debate franco – franco! – conosco, com responsabilidade e com educação.

Nós aprovamos no ano passado uma emenda à Lei Orgânica, portanto hoje é a Constituição do Distrito Federal, na qual todo Secretário de Estado tem obrigação de vir a esta Casa prestar contas sobre o seu trabalho, nos moldes do direito anglo-saxão. Não precisa ser convocado. Não é pena, não é punição, não é ameaça, é

obrigação da pessoa pública. É o ônus de quem assume o cargo público. Nós precisamos!

Vamos ver se na semana que vem, Sr. Presidente e eu queria pedir a sensibilidade do Deputado Raimundo Ribeiro, da Sra. Presidente Deputada Celina Leão e de todos os colegas e todas as colegas, Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Reginaldo Veras, dos nossos Líderes, do Deputado Prudente, que aqui representa hoje o PMDB, da Deputada Telma Rufino, do Deputado Rodrigo Delmasso, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Lira, para que aprovássemos um requerimento no qual o Secretário de Fazenda do Distrito Federal viesse a esta Casa para deslindar essas dúvidas que têm pairado mais do que sobre a cabeça, mas como um peso sobre os ombros de trabalhadores e de trabalhadoras e da população contribuinte, que pergunta: "Nós é quem vamos ter que pagar de novo pela irresponsabilidade?".

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais pessoas presentes, o Brasil, como a maioria da imprensa está noticiando, começa depois do carnaval. Eu tenho observado que realmente esse conceito tem sido verdade a cada ano. No que diz respeito ao DF e ao Brasil como um todo, depois do carnaval nós nos deparamos com uma série de medidas na área federal que, de alguma forma, está causando ou vai causar desemprego.

De acordo com o que temos acompanhado nos órgãos oficiais, como o Banco Central, a inflação prevista para 2015 é da ordem de 7,5%. E, de acordo com o Banco do Brasil, o Brasil já está em recessão. As empresas do DF já estão sentindo essa recessão devido ao desemprego que já está ocorrendo aqui no Distrito Federal. Daí vem uma preocupação: se as indústrias e o comércio não estão produzindo, e isso de alguma forma vai causar o desemprego no DF, então o governo, na minha concepção, precisa também se preocupar com como reagirá para impedir o desemprego de pais de família da classe trabalhadora. Refiro-me mais especificamente aos jardineiros, aos porteiros, enfim, àquelas pessoas que trabalham no dia a dia para colocar o sustento em casa.

E quero sugerir para o Governo do Distrito Federal a criação de frentes de trabalho de emergência que vão de alguma forma aquecer a economia local e garantir também o sustento de milhares de pais de famílias que estão

desempregados. Através dessas frentes de trabalho de emergência, pode-se consertar as carteiras das escolas que estão amontoadas no pátio da Secretaria de Educação, consertar as estradas que estão aí esburacadas e até mesmo construir novas estradas, principalmente nas áreas rurais, nas áreas mais afastadas.

Ainda me referindo às frentes de emergência, poderíamos também pintar meios-fios, enfim, ajardinar a cidade, Brasília como um todo, usando esses trabalhadores. Em um período eles trabalham, no outro fazem curso de capacitação para que possam se adequar ao mercado de trabalho e adquirir uma profissão. Como bem sabem V.Exas., a maioria das empresas do DF tem dificuldade de encontrar mão de obra especializada para vários setores. Acredito que através dessas frentes de trabalho o governo estará de um lado atendendo essas populações, essas pessoas que precisam de emprego, e de outro contribuindo com a economia local.

De acordo com os estudiosos, e temos acompanhado, nos tempos de crise grandes empresas investem para poder reagir a ela. A meu ver, os investimentos nessas frentes de trabalho serviriam para reagir à recessão no Distrito Federal. É muito importante que os Srs. Deputados e o governo atentem para o que está acontecendo atualmente no DF e no Brasil.

Espero que, passado o carnaval – agora todo mundo vai deparar com a realidade –, possamos fazer um esforço conjunto, unir forças, sociedade e governo, para tornarmos o DF cada vez melhor, com mais qualidade de vida e também com mais alimento na mesa do trabalhador.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Lira. Convido a nossa Presidente aqui presente, Deputada Celina Leão, a assumir a Presidência.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Renato Andrade.

DEPUTADO RENATO ANDRADE (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, Srs. Deputados, imprensa, venho à tribuna nesta tarde para expressar uma preocupação.

Eu disse há alguns dias que o Governador Rollemberg foi induzido a erro na quebra unilateral dos contratos, e acho que mais uma vez será ele induzido a erro. Chegou ao meu conhecimento, por meio de alguns servidores que relataram a preocupação deles, que está para vir a esta Casa um projeto de lei que objetiva acabar com a licença-prêmio por assiduidade dos servidores do Governo do Distrito Federal. Espero que seja um boato, não seja fato, porque mais uma vez os servidores do Distrito Federal não podem pagar por aquilo que foi erro do passado.

Quero fazer aqui, Srs. Deputados, um retrospecto histórico que acho importante e essencial. A atual licença-prêmio por assiduidade teve origem em 1952, pela Lei nº 1.711, que disciplinou durante vários anos o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Essa lei foi recepcionada e aplicada no Distrito Federal até 1991, quando o referido estatuto previa a concessão de licença especial de 6 meses a cada 10 anos de serviço efetivo.

Em seguida veio a Lei 8.112, que nós conhecemos, de 1990, dispondo sobre o regime jurídico único dos servidores da União que, de igual modo, foi recepcionado no Distrito Federal pela Lei nº 197, de 1990. O referido regime jurídico único previa a concessão de licença-prêmio por assiduidade a cada 5 anos de efetivo exercício. Cabe ressaltar, mais uma vez, que na área federal a referida licença-prêmio foi suspensa por força de sucessivas medidas provisórias, iniciada pela Medida Provisória nº 1.522, de 1996, até ser extinta por força da Lei nº 9.527, de 1997, que deu nova redação ao art. 87 da Lei nº 8.112, de 1990, e implantou em seu lugar a licença-capacitação.

Por fim, no plano distrital, a Lei Complementar nº 840, de 2011, manteve a referida licença-prêmio no rol dos direitos assegurados aos servidores públicos do Distrito Federal, nos termos dos arts. 139, 140 e seus incisos, 141, 142 e 143, que não os lerei.

Para que possamos realmente partir em defesa dos nossos servidores públicos que precisam ser mais bem qualificados e tratados, com a garantia de que possam trabalhar e trazer o resultado que a população precisa e quer, eu quero apresentar alguns argumentos da não extinção da licença-prêmio no âmbito do Distrito Federal.

Trata-se de direito mantido na legislação própria do regime jurídico dos servidores de diversos entes da Federação, quer sejam municipais ou estaduais. A Lei Complementar nº 75, de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico único dos membros do Ministério Público, prevê em seu art. 222, inciso III, Deputado Rodrigo Delmasso, a concessão de licença-prêmio por assiduidade em favor de todos os membros do Ministério Público da União, legislação que se aplica por simetria a todos os ramos do Ministério Público.

Havia o Projeto de Lei nº 144, de 1992, em andamento na Câmara dos Deputados, enviado pelo STF, no sentido de incluir a licença-prêmio por assiduidade no regime jurídico da magistratura nacional, e o STF pediu a retirada e a devolução do PL para apresentação de nova versão. Em 17 de novembro de 2014, o Presidente do STF distribuiu novo anteprojeto de lei aos demais membros do Supremo Tribunal Federal, para fins de revisão e encaminhamento à Câmara dos Deputados, ainda no primeiro trimestre de 2015. A íntegra da proposta está disponível na internet, para quem quiser ver.

Trata-se, portanto, de movimento que reafirma o direito à licença-prêmio e não de extinção desta, Deputado Prof. Reginaldo Veras, se isso de fato for verdade. Além de extinguir a licença-prêmio por assiduidade e criar outra licença em seu lugar, ainda que a título de licença-capacitação, não traria nenhum benefício ou economia à Administração, visto que o servidor continuaria contando com a possibilidade de afastar-se do serviço por algum motivo, inclusive para a própria capacitação, que hoje é um direito. Portanto, sob esse ângulo, não traz nenhum impacto positivo para o serviço público.

Além disso, cabe notar que a Lei Complementar nº 840, de 2011, no seu art. 161, já prevê a concessão de afastamento para estudo. Por outro lado, se a intenção for eliminar a conversão em pecúnia por ocasião da aposentadoria, seria de se esperar que a tal lei somente produzisse efeitos em relação às licenças que viessem a ser completadas após a publicação da lei, a não ser que a intenção seja a de, efetivamente, dar um "calote" por vias transversais, mais uma vez, nos servidores públicos do Distrito Federal, já que possuem períodos de licença-prêmio deferidos e não usufruídos.

Cabe observar que, ressalvados os casos dos servidores que estão em vias de completar o tempo necessário para adquirir novas licenças nos próximos dois anos, os demais somente estariam completando o tempo necessário no término da atual gestão ou até mesmo no governo seguinte. Portanto, trata-se de medida que traria mais desgaste do que economia real aos cofres do Distrito Federal.

Por fim, quero salientar e dizer o seguinte: cabe notar ainda que o direito à conversão da licença-prêmio em pecúnia por ocasião da aposentadoria não nasceu com a Lei Complementar n° 814, de 2011, pelo contrário, a Lei Complementar n° 814, de 2011 apenas positivou entendimento que a Justiça já vinha assegurando reiteradamente aos servidores públicos distritais, consoante inúmeros julgados do TJDFT, inclusive um da lavra do Desembargador João Mariosi, que garantiu o seguinte: "O princípio que veda o enriquecimento sem causa ampara o deferimento do pedido de conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída pelo servidor aposentado."

Portanto, meu nobre amigo Deputado Chico Leite, mais uma vez o servidor público não pode pagar a conta. Se de fato o governo está entendendo que é preciso acabar com a licença-prêmio por assiduidade dos servidores do GDF, a meu ver, é um erro. Se isso for verdade, mais uma vez, o nosso governador Rodrigo Rollemberg, ainda que tenha boas intenções – e creio que tenha –, vai ser induzido a erro por aqueles que estão se acercando dele. Espero que não seja verdade, mas se for, terá o meu voto contrário dentro desta Casa porque o que o servidor público precisa é estar bem qualificado, motivado a trabalhar para prestar serviços públicos de qualidade e disso todos nós precisamos.

Muito obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde a todos os parlamentares e a todos os presentes.

Cheguei logo após o pronunciamento do Deputado Chico Vigilante. Parece que ele não está mais presente. Ele subiu, não é? Ele estava demonstrando preocupação com relação às contas do Governo do Distrito Federal. Tivemos a oportunidade de saber, durante o carnaval, que o Deputado, utilizando as redes sociais, utilizando um vídeo, informou que existiam recursos para que o governo pagasse os salários e os atrasados dos professores. Utilizando o mesmo instrumento, a mesma ferramenta, também gravei um vídeo para dizer que não existiam recursos disponíveis para o pagamento a que o Deputado se referia. Eu vou até um pouco mais além. Eu acho que nós precisamos realmente colocar os dados como eles efetivamente são. Se o Distrito Federal tivesse dinheiro, o governo anterior, inclusive apoiado pelo Deputado Chico Vigilante, teria honrado os pagamentos, mas não o fez. Não o fez e aqui não nos cabe mais neste momento ficar analisando as razões, aliás, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios já está analisando. O Tribunal de Contas também vai analisar. Se for o caso de algum envolvimento de natureza policial, criminal, também será avaliado. O importante é que, de qualquer maneira, os dois pronunciamentos, mais do que diferentes, são antagônicos. Só tem um jeito: solicitarmos ao governo que apresente as contas na sua inteireza, até porque, no vídeo que eu gravei, eu falo em meia verdade que também é uma grande meia mentira, e com mentira não dá para se trabalhar.

Então, eu quero dizer aos Parlamentares aqui que me comprometo em buscar os dados junto ao governo, até que finalizemos este mês, para apresentar as contas definitivas para dizer o que é disponível e o que não é disponível; o que pode ser utilizado para determinada finalidade e o que não pode ser utilizado. Esse é o compromisso.

Na verdade, eu nem estava pretendendo usar da tribuna para tratar desse assunto. Eu queria vir a tribuna para tratar de outro assunto que também me preocupa muito, porque Brasília é a caixa de ressonância do Brasil. É aqui que as coisas causam impacto. É aqui que as coisas acontecem, principalmente no mundo político, seja deste lado do Palácio do Buriti, seja do lado da Esplanada dos Ministérios.

Com relação ao que está acontecendo na Esplanada dos Ministérios, eu gostaria muito e vou externar aqui uma certa preocupação, porque o que vamos colocar aqui nos atinge inclusive como profissionais, como profissional do direito, como operador do direito.

Eu fui surpreendido pela notícia de que o Ministro da Justiça – veja bem, não estou falando de qualquer ministro, estou falando do Ministro da Justiça, que tradicionalmente é o primeiro ministro do País – recebe os advogados das empreiteiras que estão presos preventivamente e, ao recebê-los, informa que o processo mudará o seu curso logo após o carnaval.

Meus amigos, qualquer pessoa fazer este comentário é natural, mas um ministro da Justiça fazer esse tipo de comentário é muito ruim. É muito ruim inclusive para a democracia. No meu caso, ainda acho pior, porque o Sr. José Eduardo Cardoso é um colega da advocacia pública. Ele sabe os princípios que regem a sua conduta de advogado público, e um deles é não interferir politicamente nas questões que estão sob apreciação do Poder Judiciário.

O Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, que hoje não está mais no Supremo, mas advoga, vem a público pedir a demissão do ministro por lhe faltar as condições necessárias para continuar exercendo o cargo. Evidentemente, foi demonizado por aqueles que continuam achando que o Mensalão de 2003 não existia. Sobre esse assunto, não dá para ficarmos falando porque isso já passou. Essa página já está virada. Isso já transitou em julgado. Isso já acabou.

O que é grave também – eu digo isso na minha condição de advogado – é a OAB, que estava amortecida nos últimos anos, soltar uma nota de apoio ao Ministro José Eduardo Cardoso. Meus amigos, realmente este país está de cabeça para baixo. É hora de refletirmos e verificarmos que, se algumas pessoas continuam agindo à margem da lei, nós não podemos deixar que as instituições como o Ministério da Justiça ou a Ordem dos Advogados caiam na mesma vala dessas pessoas. É necessário ter responsabilidade com este país. É por isso que, nesta tribuna, associando-me ao movimento Brasil Limpo, convidamos todas as pessoas de bem desse país para, no dia 15 de março, saírem das suas casas e irem protestar contra esse estado de coisas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, venho a esta tribuna para, primeiramente, parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg pela atitude que tomou ao não destinar ou fazer investimentos públicos no carnaval deste ano. O Distrito Federal deu a resposta de que, para se fazer o carnaval, não são necessários investimentos públicos, como ocorreu. Como a grande

mídia tem colocado, esse foi um dos maiores carnavais que aconteceram aqui no Distrito Federal nos últimos tempos.

Eu também gostaria de citar aqui duas reportagens que saíram no *Correio Braziliense* ontem e hoje. A reportagem de ontem, de autoria da jornalista Camila Costa, demostra o que acontece nesses blocos de carnaval que foram às ruas. Num deles, uma adolescente de 13 anos de idade foi atendida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em coma alcoólico, Deputado Ricardo Vale. Sabemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente criminaliza a venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes. Minha pergunta é: por que esse tipo de comércio aqui no Distrito Federal ainda continua liberado? Por que não existe uma fiscalização, Deputado Joe Valle, muito forte para proibir esse tipo de comércio, principalmente nesse tipo de festa? Há também uma reportagem do jornalista Arthur Paganini, do *Correio Braziliens*e, demonstrando que 464 motoristas foram flagrados embriagados durante o feriado de carnaval. Isso significa, só para vocês terem uma ideia, segundo a própria reportagem do jornal, que, a cada hora durante o carnaval, cinco motoristas foram flagrados embriagados, ou seja, com o nível de álcool acima do permitido pela legislação.

Venho aqui à tribuna para fazer uma reflexão em relação ao uso desenfreado de álcool e de outras drogas no Distrito Federal, aos quais crianças, adolescentes e pais de família têm acesso muito fácil. Sabemos que essas duas questões são os principais fatores de destruição da família. O álcool tem destruído famílias no Distrito Federal, como temos visto largamente, e as drogas também têm tirado vidas de milhares e milhares de jovens aqui na Capital da República.

Então, parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg por não ter colocado dinheiro público, mas cobro aqui das secretarias responsáveis, Deputado Raimundo Ribeiro – V.Exa. é amigo do Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos –, que comecem uma grande campanha, como o Distrito Federal sempre fez. Quando V.Exa. foi Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – lembro-me disso, pois eu era seu colega quando fui Secretário de Trabalho –, V.Exa. fez uma belíssima campanha de combate ao uso de álcool nas escolas. Que essa campanha retorne às escolas públicas e privadas do Distrito Federal, para não só conscientizar os nossos jovens, mas também conscientizar as famílias e o Poder Público.

Quero também aqui parabenizar os órgãos de fiscalização, o Detran, o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, pelo brilhante trabalho feito nesse feriado de carnaval e também a Polícia Militar do Distrito Federal, que esteve nas ruas garantindo a segurança do povo. Segundo dados colocados na própria reportagem, não existiram muitos acontecimentos violentos aqui no Distrito Federal.

Para encerrar, quero dizer que vejo, aqui na Câmara Legislativa, a necessidade de um debate sobre o questionamento das contas, do que tem, do que

não tem. Acredito, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle – V.Exa. é um defensor disso –, que só vamos acabar com esse tipo de questionamento quando houver realmente uma transparência das constas públicas do Distrito Federal. Que seja publicado nos *sites* diariamente quanto o Governo está arrecadando, quanto entra de ICMS e de IPTU na conta única do Governo do Distrito Federal, no BRB. Que isso seja publicado, para que todos saibam, não só aqueles que têm acesso privilegiado. Que todo cidadão tenha esse direito. Aliás, essa foi uma promessa de campanha que foi colocada pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Então, eu quero conclamar esta Casa para que venhamos trabalhar juntos para que a transparência no Poder Executivo e no Poder Legislativo venha prevalecer. Assim, com certeza, nós vamos acabar, Deputado Chico Leite, com essa discussão com meias verdades e meias mentiras, como muito bem disse aqui o Deputado Raimundo Ribeiro.

Então, eu quero conclamar aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para que a transparência seja a principal pauta desta Casa para os próximos dias; para que a transparência nas contas públicas, no que o Governo arrecada e no que está pagando seja a principal pauta, para que a população saiba para onde está indo seu dinheiro, para que a população saiba para onde está indo o dinheiro suado do trabalhador que paga os seus impostos em dia. Eu acredito que, com transparência, nós vamos, sim, melhorar a qualidade da gestão pública.

Deputado Renato Andrade, V.Exa. foi muito feliz aqui quando falou da conquista dos servidores. Eu me lembro de que, quando estudava sobre a conquista da licença-prêmio dos servidores, a Câmara dos Deputados queria derrubar esse artigo que estava na lei. Os servidores se mobilizaram, foram à Câmara, e os Deputados não derrubaram. Eu acredito que a licença-prêmio é uma conquista do servidor e não pode ser barrada ou ser trocada por qualquer tipo de coisa.

Eu quero aqui conclamar mais uma vez esta Casa para que a transparência seja a pauta principal, para que todos os poderes, tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo, possam, sim, demonstrar o que acontece com o dinheiro do contribuinte, em respeito ao cidadão do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no meu pronunciamento – não sei se V.Exa. chegou no início –, eu propus que todos nos uníssemos para requerer à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que deliberasse acerca da vinda do Secretário de Fazenda a esta Casa para discutir as contas públicas, para mostrar, de um lado, onde há, se houver, recurso no tesouro do Distrito Federal e qual o tipo de vinculação. Nós sempre confiamos no Siggo, e o

Siggo diz que tem desde o início do ano. Então, se há problemas com o Siggo, o Secretário deve dizer, deve tirar o Siggo do ar e esclarecer isso textualmente ou nos dar a senha da própria conta do BRB, como disse o Deputado Rodrigo Delmasso.

De outro ângulo, também dizer: se quer que a população pague mais tributo, deve antes dizer onde está cortando. O que nós verificamos é que o número de cargos comissionados diminuiu em quantidade, mas aumentou em números de despesas. A impressão que dá é essa. E nós precisamos fazer esse debate franco com a população. O Governo está também se sacrificando? Onde o Governo está cortando nas suas contas? Qual o sacrifício que o Governo está oferecendo à população? Quem é que precisa fazer isso? É o Governador na pessoa do Secretário de Fazenda. Eu entendi que V.Exa., em resposta a essa minha proposta, que eu até proponho que seja de toda a Casa... A questão aqui não é entre Flamengo e Vasco, a questão é a necessidade da população do Distrito Federal. Nós estamos falando de coisas de que precisamos tratar com muita serenidade. Eu não tenho nenhum problema em ir ao microfone e dizer a V.Exa.: "Olha, não há mesmo dinheiro". Eu estou demorando, Deputado Wasny de Roure, porque eu estou esclarecendo o meu questionamento. Eu queria saber do Sr. Presidente, Deputado Raimundo Ribeiro, se realmente S.Exa. comprometeu-se, como Líder do Governo, a trazer esse secretário aqui. Eu entendi que V.Exa. tinha respondido positivamente como Líder do Governo. O meu questionamento é esse.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu só quero dar uma contribuição, Deputado Chico Leite. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já aprovou um requerimento de apresentação das contas que o Governo do Distrito Federal recebeu do governo anterior, para poder ser feito esse esclarecimento.

A par desse requerimento, sabemos que, a cada bimestre, o Secretário da área econômica tem que vir à Casa. Só não sei se o Presidente da comissão vai querer fundir estes dois requerimentos: um é o previsto na Constituição e o outro é um requerimento de minha iniciativa, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

A preocupação do Deputado Chico Leite é louvável, e aproveito para cumprimentá-lo e dizer que a comissão já tomou a iniciativa no sentido de poder esclarecer as questões de números e de rubricas, para saber se, de fato, existe verdade nesse debate como um todo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Quero apenas fazer um esclarecimento, Sra. Presidente.

Deputado, confesso que, no momento do seu pronunciamento, vez por outra não pude prestar atenção em V.Exa. porque eu estava tendo o privilégio de conversar com a Presidente. Acho que, nesse aspecto, V.Exa. me dá toda razão, não é? O que eu disse foi que me comprometeria a solicitar do governo todos os dados necessários para verificarmos realmente quais as dúvidas e tudo, sem embargo de, eventualmente, o Secretário fazer-se presente nesta Casa, como, inclusive, se fez na semana passada.

Na semana passada, tivemos aqui o Secretário Adjunto de Fazenda, trazendo esclarecimentos, e ele virá todas as vezes que forem necessárias. Virá muitas vezes, até sem ter sido convidado formalmente. Não vejo qualquer dificuldade nesse sentido, até mesmo porque acho que temos de inaugurar uma nova era. Temos que parar de esconder secretários, como aconteceu nos últimos anos. Secretário tem que estar aqui, prestando contas, sim. Está certo?

Eu me lembro, Deputado Chico Leite – se V.Exa. me permite –, de que, quando fui Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, logo no segundo mês, um Deputado – parece – não havia entendido muito bem uma das ações que estávamos desenvolvendo, e o Governador, na época, veio me falar que esse Deputado gostaria de fazer uma convocação. Eu disse: "Para que perder esse tempo? Eu vou lá agora. Ele quer que eu vá no meu carro? Eu vou!"

Não tenho problema nenhum em dar explicações. Acho que é uma bobagem a gente ficar nessa coisa toda, mas, com certeza, eu me comprometo a trazer esses dados. Se ainda assim se se fizer necessária a presença do Secretário, não colocaremos nenhum tipo de objeção. Ao contrário, o Secretário esteve aqui na semana passada e prestou os esclarecimentos, que, talvez, não tenham sido satisfatórios, pelo visto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero agradecer a referência do Deputado Raimundo Ribeiro e dizer que é preciso que façamos isso, que urgentemente inauguremos... Até aprovamos uma emenda à Lei Orgânica no passado, nesse sentido. Se o Secretário recebe uma delegação, ele tem que vir aqui prestar contas sempre que necessário, sem precisar de convocação, convite. Nada disso. O direito anglo-saxão diz: quem recebe delegação precisa prestar conta. É simples. É do próprio estado de direito.

Agora, eu queria só acrescentar, em forma de questionamento, agradecendo a V.Exa. a parcimônia, ao pronunciamento do Deputado Rodrigo Delmasso que realmente estão de parabéns os órgãos persecutórios, os órgãos fiscalizadores. Não

é que aumentou. É que temos mais fiscalização. Então, esses órgãos estão de parabéns por serem estimulados por nós.

E precisa ser estimulada também outra conduta, para que nós a debatamos entre nós: não colocar recurso público em evento privado. Acho que isso deve ser uma regra geral. Recurso público tem que ir para o que é público, seja de que natureza for. Isso é uma sugestão de debate nosso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, Sras. e Srs. Deputados, faço uso da palavra nesta tribuna, hoje, para pegar as palavras do Deputado Rodrigo Delmasso e parabenizar também a Polícia Militar do Distrito Federal, os órgãos de segurança, o Detran, que fizeram um trabalho brilhante durante esse carnaval.

O Detran, se não me engano, fez uma *blitz* com bafômetro e pegou duzentos e tantos motoristas embriagados e a Polícia Militar trabalhou muito bem em todos os locais em que houve carnaval. Mas houve um fato lamentável, que precisa ser investigado. Hoje, pela manhã, recebi um vídeo de um morador de Planaltina, lá da Estância, em que a Polícia Militar do Distrito Federal, junto com a Polícia Militar do Estado de Goiás, abordou ou tentou abordar um veículo que tinha cinco jovens, um de 12 anos, outro de 15, 16, até 18 anos. Esses jovens não pararam na *blitz* entre Planaltina e Formosa. Houve uma perseguição de alguns carros da Polícia Militar do Distrito Federal e outros da Polícia Militar do Estado de Goiás, e os jovens acabaram batendo em outro carro e vieram a falecer.

O que me deixou estarrecido foi a postura dos policiais no vídeo que vi. Não dá para ver quais eram os PMs que estavam filmando naquele momento e que, vendo os garotos ali, se debatendo, morrendo de dor, sofrendo, debochavam e usavam palavras como: "Você estava roubando. Seja homem! Morra com dignidade!" Um vídeo lastimável.

Como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, solicito informações da Secretaria de Segurança. Hoje encaminhei um pedido ao Secretário de Segurança, Dr. Arthur Trindade, para que ele explique melhor o que aconteceu, forneça-nos esses boletins de ocorrência, esses vídeos, e a gente possa ver se essa ação foi digna de uma polícia militar que foi exemplar durante esse carnaval.

Lamentavelmente, depois de um trabalho magnífico dos órgãos de segurança no carnaval, aconteceu esse incidente, que precisa ser investigado. Não importa se alguns daqueles meninos ali eram criminosos ou não ou se já passaram pela polícia. Há que se ter dignidade. A pessoa estava morrendo, e o policial filmando e debochando: "Morre logo, morre logo." Isso não é possível! Estamos

vivendo um momento de barbárie, no qual as pessoas não respeitam mais o ser humano. O policial filma o outro morrendo e fica debochando!

Um dia desses, um garoto de 15 anos foi fazer um protesto contra o aumento da gasolina, levou um tiro no peito, e o cara que atirou já está solto. Quando é que vai parar essa violência toda no Distrito Federal? Nossos jovens sendo mortos!

É lógico que a gente vai investigar, procurar saber o que aconteceu. Isso não pode passar batido. Queria dizer aos nobres Parlamentares que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar está pedindo explicações à Secretaria de Segurança Pública, que ela nos forneça dados sobre esse episódio, até porque a população quer saber o que de fato aconteceu ali, entre Formosa e Planaltina, com esses cinco jovens moradores da Estância, em Planaltina.

Quero também pedir aqui ao Líder do Governo e aos demais Deputados da Base do Governo que a gente faça um esforço para que não haja greve no Distrito Federal. Estou muito preocupado com essa situação da greve dos professores. São cento e vinte milhões para quitar essa dívida com os professores, segundo a imprensa está divulgando. Eu acho que o governo deveria fazer um esforço. Cento e vinte milhões é um valor alto, considerável, mas eu acho que é possível o governo resolver essa questão nos próximos dias ou nas próximas horas, para que os nossos alunos e a nossa população não sejam de novo prejudicados. O ano letivo já foi adiado, e agora começar o ano com greve é péssimo para a nossa população, para os nossos estudantes e para os professores.

Eu gostaria de pedir que o Governador Rodrigo Rollemberg tivesse a sensibilidade e resolvesse o problema desses cento e vinte milhões, que é a dívida do Estado com os professores, para que não haja greve, pois começar o ano com greve é terrível. Então, solicito a todos que façamos um esforço junto ao Governador para resolver isso.

Sobre as outras questões dessa situação, se tem ou se não tem, eu acho que está faltando transparência. Na hora que o governo for mais claro, mais preciso, mostrar esses números, acabará essa guerra de vídeo, acabará essa guerra de disse me disse. E, então, em cima de coisas concretas, começaremos a resolver esse problema, que sabemos que veio do governo passado, mas o governo que entrou tem que resolver. Não basta só ficar falando que veio de lá: o governo atual vai resolver quando? Então, mostre os números. Traga os números e os mostre para a sociedade. Não está havendo transparência. Por isso está acontecendo esse disse me disse. Isso é muito ruim para o Estado e para todos.

Então, eu gostaria de sugerir ao Governador Rodrigo Rollemberg que resolva a questão desses cento e vinte milhões e pague aos professores para que não haja greve, para que, depois, possamos, com muita tranquilidade, pensando no Distrito Federal, resolver essas outras questões financeiras que ainda afligem a nossa cidade.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Eu gostaria de me associar ao Deputado Ricardo Vale nessa questão do acidente que ocorreu na BR 020. Hoje, também ouvi uma parte do vídeo em que, supostamente, um policial, enfim, não dá para identificar ainda, mas ele fala claramente: "morra com dignidade". Como se estivesse acusando a pessoa por estar agonizando no asfalto. Então, conte com a nossa solidariedade, com o nosso empenho. Se entender que podemos ajudar de alguma forma, nós estamos prontos.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de reforçar o que todos falaram. Nós precisamos realmente radicalizar na transparência. E, como temos sempre que dar o exemplo em casa, acho que temos que começar pela Casa Legislativa. Eu conversava há pouco com o Sr. Willemann sobre a possibilidade de haver tradutores, máscaras, na informática do SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, porque eu tenho certeza absoluta de que qualquer um que está aqui, se entrar no Siggo – nós temos as nossas chaves do Siggo –, não o entenderá completamente. Talvez entenda muito pouco, porque ele realmente é um sistema complexo.

Nós precisamos usar essas máscaras que já existem aqui na Câmara Legislativa, implementá-las, dando o exemplo da nossa Casa, para que possamos palatalizar esses dados de uma forma clara, para que todos finalmente possam ver o tal do orçamento, essas contas públicas que estão causando tantas dúvidas. Então, é essa a primeira parte. Radicalizar na transparência. Isso é fundamental.

Nós temos as ferramentas e o instrumento nesta Casa para dar o exemplo a partir da nossa Casa, para cobrar do governo as suas promessas de campanha dessa radicalização de transparência, para que possa, se possível, criar um grande painel à frente do Buriti ou na Rodoviária, para que todos nós, todos os dias, possamos ver exatamente o que o governo arrecada, o que gasta, onde gasta e como gasta. Eu entendo que isso é fundamental, importante, até porque é o nosso dinheiro. Então, temos que saber disso para poder nos sentir atendidos e pertencentes e para poder nos sentir atendidos, pertencentes e ajudar no que for preciso ou criticar onde for necessário.

O segundo ponto, volto a colocar, é radicalizar na gestão. Nós temos um problema seriíssimo de fragmentação do governo, que não tem norte nem unidade suficiente para dar resultado efetivo naquilo que é tão necessário. Portanto, a população, que neste caso está aqui representada por nós, não consegue receber as entregas, perceber o que está efetivamente acontecendo ou se está acontecendo algo.

Eu estava fazendo uma reflexão e estou tentando criar mecanismos alternativos ao aumento de impostos para que possamos fazer um choque de setor produtivo nesta cidade, porque ela precisa disso, porque é quem paga os impostos efetivamente, levando em consideração as contas, o custeio, o investimento desta máquina pesada neste estado tão pequeno, com todos os processos caríssimos que nós enfrentamos aqui no Distrito Federal. Então, buscando entender como isso acontece, eu fui vendo o que ocorreu efetivamente nos governos dos quais me lembro: Roriz, Cristovam, Arruda, Agnelo e agora Rodrigo Rollemberg. Se nós formos olhar como aconteceu – e aí eu estou falando isso para olhar o passado para não deixar esse erro acontecer no futuro –, nós vamos perceber que tivemos situações muito parecidas, extremamente parecidas.

Imagino eu que se pegássemos e escrevêssemos um livro, Sr. Presidente, com as notas taquigráficas do que aconteceu no começo de todos esses governos, nós teríamos um livro parecido, se fôssemos governo a governo, com críticas, com colocações, com falta de transparência, com falta de aprofundamento, com retaliações. E o que nós queremos efetivamente é que dê certo o processo, porque o cidadão não pode continuar recebendo dos governos a insegurança, que é o que acontece em todo início de governo, com as mudanças todas que aconteçam.

O soluço mandatário é pernicioso para a gestão pública. Hoje estive numa reunião de planejamento estratégico de uma determinada secretaria para ver como estava acontecendo, e mudou tudo. Não temos histórico de projetos de um semestre atrás, que dirá de quatro anos, que dirá de oito. Em uma secretaria extremamente importante para o governo. Pessoas muito bem intencionadas estão lá, querendo fazer, querendo planejar, mas o soluço mandatário é o câncer da gestão pública, Deputado Ricardo Vale. Não se monta equipe em dois, três anos. Não se faz gestão em quatro anos. Quero parabenizar e tenho o raciocínio claro de que nós precisamos efetivamente de políticas de longo prazo para esse curto prazo da política, porque quatro anos é quase como um soluço.

Sr. Presidente, eu gostaria de trazer a esta Casa uma discussão sobre gestão nessas áreas. Uma discussão séria e clara para que nós tenhamos os planos muito bem delineados. Por exemplo, eu gostaria de retomar a discussão do PDTU/DF – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, Deputado Luzia de Paula, Deputado Reginaldo Veras. Nós aprovamos o PDTU naquele momento, mas hoje, após implementadas algumas de suas ações, precisamos revisitá-lo, porque ele já está completamente ultrapassado. E nós precisamos de um plano de mobilidade para esta cidade. O ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico. Esta Casa precisa pedir o zoneamento para cá, porque estamos às portas de uma revisão de PDOT, importante para esta cidade. Temos LUOS e PPCUB, que batem às portas, no meio de uma crise política, que estamos enfrentando e vamos enfrentar, sem precedentes.

Essas discussões aprofundam os temas e nos levam a conhecer melhor, para podermos debater e criar legislação adequada para melhorarmos a qualidade de vida na nossa Capital.

Eu tive oportunidade de participar de três ou quatro reuniões com os assessores e o Secretário-Adjunto da Secretaria da Fazenda, buscando caminhos, esclarecimentos, criticando, ouvindo, levando a cabo o aprofundamento que esta Casa tem de fazer nas matérias de crise desta cidade. E não está completo esse processo. Ficaram muitas dúvidas. Os assessores, tenho certeza disso, falaram delas e passaram-nas para os seus Deputados.

Então, quero crer que nós só votaremos matérias que tenham essa repercussão após essas reuniões, esses aprofundamentos e essas participações nesta Casa das autoridades que estão trabalhando, com certeza, com boa intenção de resolver os problemas. Mas, se radicalizarmos na transparência nesta Casa, com o Siggo traduzido para a população, tenho certeza absoluta de que teremos condição de discutir com muito mais propriedade todos esses temas em que estamos a todos os momentos tocando aqui na tribuna.

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado pela oportunidade.

(Assume a Presidência o Deputado Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que convocou para amanhã uma reunião extraordinária da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Em primeiro lugar, o cenário que se avizinha é um cenário de preocupação – pelo menos é o que a mídia tem colocado no dia de hoje – com a situação dos professores, aqui já abordada por alguns colegas Deputados, a exemplo do Deputado Ricardo Vale, que falou sobre essa questão do décimo terceiro e das férias.

Eu gostaria, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de amanhã apresentar três requerimentos de temas que eu considero importantes na área da educação, para serem abordados por esta Casa, antecipando alguns procedimentos do Governo do Distrito Federal.

Em primeiro lugar, está a questão do Plano Distrital de Educação, Deputado Renato Andrade. Esse plano já tem um documento preliminar feito por uma comissão montada no governo anterior. Não há como se fazer – vamos dizer assim – grandes mudanças, ou seja, é uma matéria que deve ser tratada com a urgência

necessária para que Brasília possa pensar a educação de uma maneira sistêmica, de uma maneira consequente. Eu sei que esta Casa é detentora de uma equipe de técnicos da mais alta qualidade, como sei também que os novos colegas Deputados que chegaram têm uma assessoria que está habilitada a adentrar esse assunto.

A cada vez que esses projetos que se referem a planos setoriais são discutidos, maior importância eles assumem na cidade. Essa história de votar planos de maneira açodada, sem maiores debates, sem maiores conhecimentos e aprofundamento na matéria, principalmente matérias como a educação, que é uma matéria transversal, ou seja, abrange várias áreas de governança e da própria sociedade civil sua leitura...

Portanto, Sr. Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, é fundamental a retomada do Plano Distrital de Educação por parte dessa comissão.

Eu apresentarei, simultaneamente, dois outros requerimentos, Deputado Prof. Reginaldo Veras. O primeiro se refere a uma política que deverá naturalmente estar inserida no Plano Distrital de Educação, mas trata-se de um debate específico sobre os centros de língua na rede pública do Distrito Federal.

O governo anterior, ao encerrar a sua gestão, criou três novos centros de línguas, Deputada Luzia de Paula – que é professora, diga-se de passagem, e deveria estar na nossa comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ah! Está na comissão? Desculpe-me, Deputada. Amanhã, então, iremos nos encontrar lá. Tem uma larga experiência a Deputada Luzia de Paula, principalmente na educação infantil. São longos anos, não são meramente coisas de livros ou textos teóricos. É uma vivência junto com a teoria.

Sr. Presidente, nós queremos discutir a infraestrutura e as políticas que há. Recanto das Emas, Santa Maria e Planaltina receberam esses três novos centros de línguas. Naturalmente no início a infraestrutura ainda é muito modesta, precária. Praticamente não existe nada. E é isso que dá aos profissionais da educação o prazer de se debruçarem sobre um projeto específico de formação e qualificação da nossa juventude.

Eu quero parabenizar a Secretaria de Educação, que não interrompeu esse processo. O Secretário Júlio foi profícuo. Já haviam sido instalados dois centros no final do governo anterior, e ele, de pronto, instalou também o de Santa Maria, que tinha sido criado, mas cujo pessoal não tinha sido nomeado.

Nós queremos fazer um debate maior, porque hoje Brasília é um referencial no estudo de línguas estrangeiras na formação dos nossos estudantes da rede pública.

Há um terceiro debate que nós entendemos que também faz parte do debate mãe, o Plano Distrital de Educação. Eu sei que o Deputado Robério Negreiros e o Deputado Joe Valle têm se debruçado nessa temática. É o debate a respeito do centro de ensino especial.

A reformulação no Governo Federal deixou a nossa rede em uma situação um tanto quanto de perplexidade. Nós sabemos que Brasília tem um modelo relativamente mais avançado que outras unidades da Federação, por ter um tratamento específico para os alunos com necessidades especiais. Portanto, esse debate é fundamental.

É impressionante, Deputado Rodrigo Delmasso. Hoje o debate trata de não se limitar mais a idade para continuar nesses centros, porque eles se tornaram referência.

Eu me lembro de que, quando esta Casa fez esse debate aqui, um procurador da República esteve presente em deferência ao seu filho, que utiliza a rede pública para as crianças com necessidades especiais.

A par dessa questão dos centros, existem algumas unidades – centros educacionais, centros de ensino fundamental – com a política de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Nós, então, precisamos apoiar, acompanhar a questão, e ver o que é possível.

Por último, eu não poderia deixar de registrar um debate que o nosso Deputado Renato Andrade acompanhou e que nós também, Deputado Rodrigo Delmasso, queremos retomar. Nós o percorremos longamente, num trabalho bastante significativo, ao ponto de ter uma lei federal que mudasse a lei das licitações. É a regularização das áreas ocupadas por templos religiosos e por entidades sociais.

Deputada Luzia de Paula, essa é uma matéria angustiante. No entanto, eu creio que temos de trabalhar com a angústia necessária, mas com o sentimento de que houve avanços, porque de fato houve. Agora nós estamos no momento da concretização no âmbito do Governo Federal.

Eu lamento, porque esperávamos, e chegamos a ter algumas reuniões nesse sentido, Deputado Renato Andrade, colocar a Terracap no eixo desse processo, porque a grande força motriz desse processo, neste momento, está com a Terracap.

A reformulação da lei das licitações, excepcionalizando essa questão específica de Brasília, trouxe enorme facilidade. Ao mesmo tempo, trouxe enorme responsabilidade. Fazer uma coisa séria e fazer uma coisa transparente nessa temática será uma conquista para toda a sociedade brasileira. Eu não tenho a menor dúvida disso, Deputado Rodrigo Delmasso. Mas é necessário começar.

Podemos correr risco de sermos vistos como aventureiros? Podemos. O homem público só é o homem que vê a grandeza da necessidade do seu país e da sua necessidade, quando ele se coloca de frente aos problemas, não é simplesmente contornando os problemas. Os problemas são contornados quando são enfrentados, ainda que muitas vezes não se consiga no tempo desejado. Mas não é fugindo à complexidade, não é fugindo das dificuldades, que iremos avançar na nossa sociedade, em particular, em Brasília.

Retomo esse debate. Esse é um debate para o qual quero apresentar um requerimento, e quero apresentar um requerimento com o apoio de outros colegas que têm interesse nesse assunto. Não quero fazer algo pessoal, algo do meu mandato, porque ele só vai ter valor se os outros colegas Parlamentares se integrarem na retomada desse debate, que é complexo, difícil. Não é vir aqui querendo fazer cobrança ao Governador Rodrigo Rollemberg, que assumiu ontem, é algo que já vem rolando há algum tempo e precisa ser retomado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, será uma honra, a partir de amanhã, dividir cadeira na Comissão de Educação e Saúde com o Deputado Wasny de Roure, pessoa que admiro e que já recebeu meu voto em outras campanhas eleitorais, assim como já recebeu meu voto também o Deputado Chico Vigilante. Também vai ser uma honra dividir cadeira com a Deputada Luzia de Paula, uma educadora conhecida e renomada na Ceilândia.

O melhor ainda é que os pensamentos caminham juntos. O Deputado Wasny de Roure levantou a questão da necessidade do Plano Distrital de Educação. A minha equipe já vem estudando isso desde que fomos eleitos. Assim que saiu o resultado da eleição, sabendo que era uma questão relevante para o Distrito Federal, a equipe que iria compor aqui já começou a estudar esse projeto, lembrando que tivemos um fórum de educação de onde saiu o Plano Distrital de Educação, mas que o Conselho de Educação, paralelamente, também fez um. Acho importante que o Governo do Distrito Federal encaminhe-o para esta Casa o mais rápido possível para que emendemos, alonguemos o debate e cheguemos a um plano distrital coeso, verdadeiro e que garanta estruturas para a educação futura do DF. Até porque temos um prazo curto para trabalhar essa questão. Há uma normativa federal que nos dá prazo para trabalhar essa questão.

Outra coisa que caminhou junto foi a questão dos CILs. Só para relembrar, já protocolei nesta Casa, Deputado Wasny de Roure, um projeto de lei que busca a democratização do acesso aos centros de línguas.

Eu sou oriundo do Centro Interescolar de Línguas da Ceilândia – CILC, onde estudei espanhol por sete anos com a falecida professora Elsa, uma renomada professora da Ceilândia, muito respeitada em todo o Distrito Federal. Era um ensino de excelência, de qualidade. Depois passou por uma fase em que a comunidade escolar não tinha acesso, somente o estudante oriundo da rede pública. A nossa ideia é democratizar o acesso, fazendo com que aqueles que têm interesse em aprender uma nova língua e não estão matriculados na rede pública de ensino, pessoas fora do ensino médio, também tenham acesso, aqueles que não podem pagar esse mercado gigante das escolas particulares de línguas estrangeiras.

Então, fico muito contente por saber que estamos caminhando juntos. Tenho esperança de que a Comissão de Educação e Saúde seja uma das mais produtivas que já passou por esta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente eu queria parabenizar o Deputado Wasny de Roure pela citação dos centros de ensino especial. Quero deixar um testemunho. A minha filha mais nova, Manuela, foi aluna até o ano passado de centro de ensino especial, mais especificamente, no Guará.

Deputado Wasny de Roure, eu tenho uma profunda admiração e paixão e sou um dos extremos defensores da manutenção dos centros de ensino especial, não por teoria, mas porque vivi isso na pele.

A minha filha tem epilepsia e, por causa disso, ela tem um retardo psicomotor. Quando ela entrou, com três anos de idade, não andava e nem falava. As professoras, sem recursos nenhum, recursos muitas vezes colocados pelo Estado dentro da escola, dentro do centro de ensino especial, ali do Guará, eu vivenciei, eu vi isso. Muitos alunos com deficiência ficavam, muitas vezes, Deputado Wasny de Roure, sem fazer atividade física porque, quando chovia, a quadra externa não era coberta. A diretora da escola estava correndo para conseguir 50 mil reais junto à administração regional, ou Novacap ou Secretaria de Obras, para poder fazer a cobertura da quadra para que aqueles alunos que deveriam fazer uma atividade física, por questão de fisioterapia, pudessem, naquele momento, fazer, já que na época de chuva não podiam.

Eu quero deixar aqui um testemunho, porque a minha filha, com três anos de idade, entrou no Centro de Ensino Especial do Guará sem conseguir falar e sem conseguir andar. E uma das coisas mais feliz para qualquer pai é ver quando o seu filho anda e quando ele fala a primeira palavra, muitas vezes é papai ou mamãe. E esperei durante quatro anos por isso. Eu e a minha esposa esperamos por quatro anos, Deputado Ricardo Vale. E foi pelos profissionais que estão no centro de ensino especial que a minha filha, no final do ano, conseguiu andar. Ela conseguiu andar... Mesmo ali, segurando, muitas vezes, nas mãos. E ela conseguia balbuciar algumas palavras.

E me surpreendeu um pouco, no início do ano retrasado, quando o Ministério da Educação mandou uma indicação, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para acabar com os centros de ensino especial. E aqui quero ressaltar a brilhante atuação do ex-Secretário de Educação, Marcelo Aguiar, que no governo do Governador Agnelo peitou essa indicação e não aceitou acabar ou extinguir os centros de ensino especial. Assim como a Manuela, minha filha, existem milhares e milhares de manuelas e de famílias de manuelas que recuperam a sua capacidade de sonhar... Porque para muitos pais é a coisa mais simples do mundo ver um filho andar ou ver um filho falar; para muitos pais é muito simples ver uma filha de cinco anos de idade brincando de boneca como qualquer criança; mas, para os pais especiais, cada dia, a cada conquista, a cada movimento novo é a conquista de um sonho.

Quero ressaltar que apresentei nesta Casa um projeto de lei que coloca o Distrito Federal como protagonista no âmbito da América Latina na disponibilização do canabidiol para os pacientes de baixa renda que tenham epilepsia. O canabidiol, que foi reclassificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, e saiu de substância não proibida. Agora coloco um projeto de lei, emendando um projeto de lei do Deputado Renato Andrade, a quem quero parabenizar, porque, se hoje, Deputado Renato Andrade, os pacientes com epilepsia têm um pouquinho de atendimento, foi porque V.Exa. ajudou àquela época. E V.Exa., contando que nos bastidores, muitas vezes, sofreu até algumas críticas, mas, por causa do projeto de V.Exa., esses pacientes aqui no Distrito Federal têm um pouquinho de atendimento. Mas precisamos melhorar! E, emendando o projeto – já é lei do Deputado Renato Andrade –, estou incluindo, Deputado Ricardo Vale, o canabidiol como substância a ser fornecida.

A minha filha faz uso do canabidiol. Eu passei pela peregrinação de ir à Anvisa conseguir autorização para importação. E pasmem, Srs. e Sras. Deputados, o valor da importação de uma seringa de canabidiol está em torno de novecentos reais. Eu acredito, Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que uma família de baixa renda não tem novecentos reais para pagar a importação de uma seringa. A minha filha tem que usar oito seringas durante o ano. Eu vi casos de pacientes que têm que usar 22 seringas durante o ano.

Também quero ressaltar, e eu gostaria do apoio dos demais Parlamentares, que estou apresentando um título de cidadão honorário para um dos símbolos dessa conquista. É uma moradora do Distrito Federal, que reside aqui na Asa Sul, a Katiele Bortoli, que foi protagonista de um filme chamado Ilegal e que mobilizou o Brasil na questão da reclassificação do canabidiol. Ela é mãe da Anny Bortoli, portadora de epilepsia. E ela, uma cidadã comum, dona de casa, resolveu, Deputada Luzia de Paula, como mãe, peitar o sistema. E hoje, por causa dela, milhares e milhares de famílias, como a minha, têm uma esperança. Minha filha, que tinha dezesseis, dezessete, vinte convulsões por dia, com o uso do canabidiol, agora só tem uma.

E quero dizer a V.Exas. que o Centro de Ensino Especial, voltando à pauta, foi primordial para o desenvolvimento cognitivo da minha filha, que hoje está no ensino regular, Deputado Ricardo Vale. Hoje eu tenho o prazer de levar a minha filha todos os dias a uma sala de aula de ensino regular porque ela passou pelo ensino especial, pela estimulação precoce, com profissionais fantásticos que muitas vezes trabalham sem estrutura, tiram do próprio bolso, Deputado! Lembro-me da construção de uma rampa para que a minha filha conseguisse ter equilíbrio. Quem tirou e financiou a construção dessa rampa em uma sala de aula não adaptada foram os próprios professores e os pais.

Então, quero aqui mais uma vez pedir a esta Casa que todos os dias lute para que o Centro de Ensino Especial do Distrito Federal não acabe. Nós somos referência no Brasil em atendimento a pessoa com deficiência.

Muito obrigado, Deputado Renato Andrade, por me conceder a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Rodrigo.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Não havendo *quorum* para deliberar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h13min.)